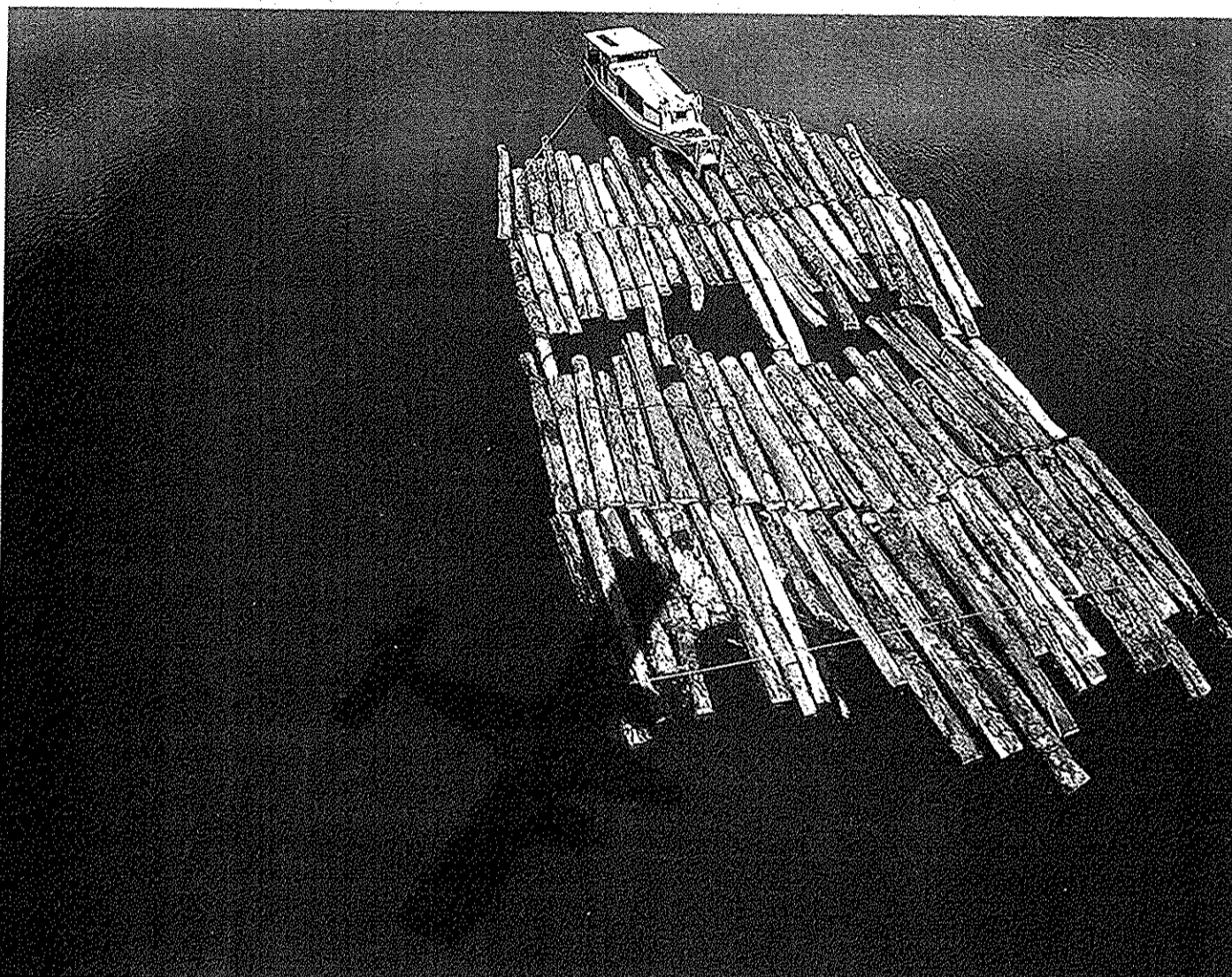
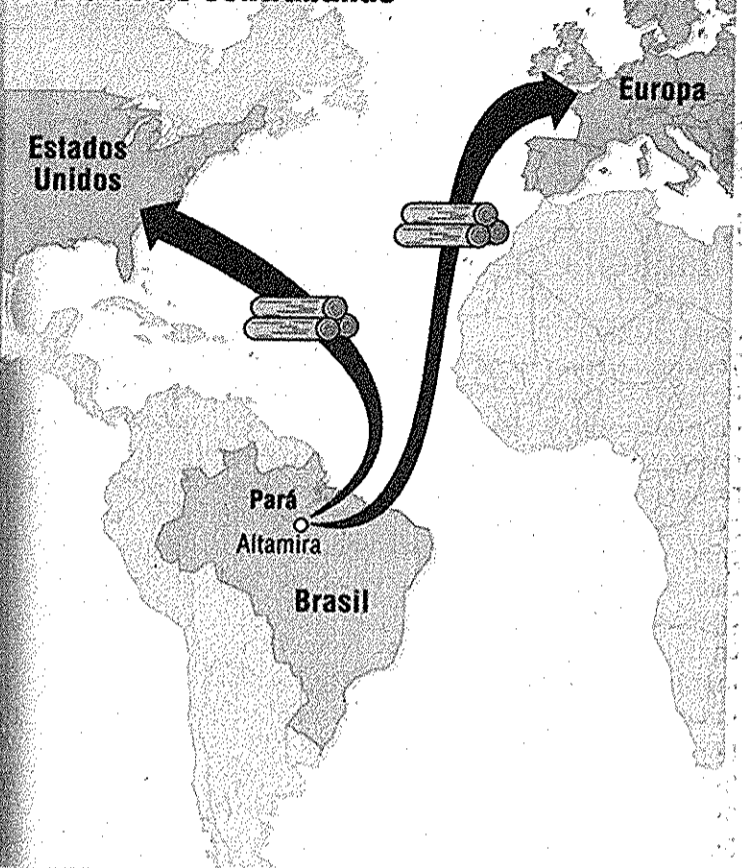


Dida Sampaio / AE - Arte JB



As rotas do contrabando



Quatro empresas (DLH Nordisk, Aljoma Lumber, J. Gibson McIlvain e Intercontinental Hardwoods) são responsáveis pela importação de oito em cada dez metros cúbicos de mogno brasileiro. Elas compram de apenas dois fornecedores do Pará

Fonte: Greenpeace e Ibama

Golpe no contrabando de mogno

Europa proíbe importações da madeira nobre brasileira, cujo metro cúbico vale US\$ 1,6 mil na boca da floresta

BRUXELAS, AMSTERDAM, MANAUS E BRASÍLIA - A Europa decidiu suspender as importações de mogno do Brasil. Em comunicado divulgado em Bruxelas, ontem, a Comissão Européia anunciou ter encontrado "indícios razoáveis que justificam os argumentos sobre a ilegalidade da madeira remetida para o mercado europeu e da contravenção da legislação ambiental brasileira".

O mogno, madeira nobre, é considerado o ouro verde da Amazônia. Cada vez mais raro, é cotado ao preço médio de US\$ 1,6 mil por metro cúbico na boca da floresta, ou seja, antes de remetido a portos no Brasil pa-

ra exportação. Uma árvore de mogno pode fornecer madeira em quantidade suficiente para a fabricação de 15 mesas maciças. Elas são vendidas em lojas como a Harrods, no centro de Londres, ao preço médio de US\$ 8,5 mil cada.

Os Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e Alemanha importam praticamente todo o mogno brasileiro. Para efeito de legalização de documentos, uma parte expressiva das importações é realizada via República Dominicana, na América Central.

A decisão da União Européia representa um golpe fulminante no comércio de mogno ilegal, acreditam especialis-

tas como José Leland Barroso, gerente-executivo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Amazonas. No ano passado, Barroso coordenou a apreensão recorde de 29 mil metros cúbicos de madeira ilegal. "Com o fim da demanda, o negócio deixa de ser interessante", explica.

O Greenpeace, organização ambiental internacional, produziu no ano passado um amplo relatório sobre a extração ilegal e o contrabando de madeiras nobres da Amazônia, que influenciou a decisão de ontem da Comissão Européia.

Apenas quatro empresas estrangeiras concentram mais de 85% das importações de mogno brasileiro: DLH Nordisk, que vende para os Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e Alemanha; Aljoma Lumber, J.

Gibson McIlvain, e a Intercontinental Hardwoods. Eles compram, principalmente, de dois fornecedores do Pará - os empresários Moisés Carvalho Pereira e Osmar Alves Ferreira.

Em outubro do ano passado, o governo brasileiro suspendeu o comércio de mogno, mas as madeiras conseguiram liminares na Justiça Estadual do Pará para continuar exportando a madeira - fato lembrado pela Comissão Européia na nota oficial divulgada ontem.

Oito destas empresas exportaram mais de 15 mil metros cúbicos de mogno, no valor de cerca de US\$ 11 milhões, entre 20 de dezembro de 2001 e março de 2002. Para piorar o cenário, esta semana o jornal americano *The New York Times* denunciou a utilização de trabalho escravo na exploração de mogno na Amazônia brasileira.

O Ministério do Trabalho reconheceu ao *Jornal do Brasil* ocorrências de mortes de trabalhadores que tentam fugir das fazendas onde são mantidos em regime de escravidão.

O Ibama já constatou que pelo menos 70% do mogno comercializado pelo Brasil é obtido de forma ilegal, roubado de áreas indígenas e terras da União.

"O fato de que empresas continuam a comprar mogno apesar do governo brasileiro ter suspenso o comércio da espécie mostra claramente o que há de errado no comércio internacional de madeira", diz Phil Aikman, da campanha

de florestas do Greenpeace. "Enquanto não forem forçadas, as empresas não cumprirão a lei. Portanto, a responsabilidade de tornar a atividade madeireira legal e sustentável está nas mãos dos governos", acrescentou.

O ministro de Florestas da Alemanha, Jurgen Trittin, anunciou que seu país vai con-

fiscar todo o mogno brasileiro que chegar à Europa através de portos alemães, até que o Ibama confirme que a madeira tem procedência legal.

Com Orlando Farias, de Manaus, Rodrigo Rosa, de Brasília, e agências internacionais

Apenas quatro empresas estrangeiras concentram mais de 85% das importações de mogno brasileiro, extraído na Amazônia

O governo chegou a proibir o comércio, mas, a pedido dos madeireiros, a Justiça do Pará decidiu liberar tudo